



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

CONTRATO CFBIO Nº 08/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBIO E PRIORI SERVICOS E SOLUCOES, CONTABILIDADE S/S.

O **CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA** – CFBio, Autarquia Federal criada pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.720.532/0001-01, sediado no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco “Q”, Lote 03, Centro Empresarial João Carlos Saad, Brasília-DF, CEP 70070-120, neste ato representado por sua Presidente Sra. **ALCIONE RIBEIRO DE AZEVEDO**, portadora do CPF sob o nº ***.807.322-** e do RG sob o nº 6.***.7-SSP/AM, residente e domiciliada em Manaus/AM, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, **PRIORI SERVICOS E SOLUCOES, CONTABILIDADE S/S**, sediado(a) na Rua José Laurentino Santiago, 310, Bairro Rio da Praia, Bertioga/SP, CEP 11.256-585, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.385.969/0001-44, neste ato representada por **GALILEU DOMINGUES DE BRITO FILHO**, inscrito no CPF sob o nº ***.341.768-**, adiante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo CFBio nº 2026/000025.00-8 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 05/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço técnico especializado, a ser executado por profissional ou empresa com comprovada experiência na área de gestão patrimonial e contabilidade aplicada ao setor público, para elaboração do Manual de Procedimentos de Registro, Baixa, Avaliação e Depreciação de Bens Patrimoniais do Sistema CFBio/CRBios, conforme condições e exigências estabelecidas em Termo de Referência, o qual é parte integrante deste instrumento.
- 1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - a) o Termo de Referência que embasou a contratação;
 - b) o Aviso de Dispensa Eletrônica nº 05/2026 e seus anexos;
 - c) a proposta do contratado;
 - d) eventuais anexos ou apêndices dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contado a partir do dia 03 de agosto de 2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por intermédio de termo aditivo.
 - 2.1.2. O contrato poderá ser encerrado antes do prazo previsto, com a entrega integral do objeto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

3.1. Fica estabelecida a forma de execução indireta pelo regime de empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, inc. XXIX, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação será de R\$ 18.870,00 (dezoito mil oitocentos e setenta reais), a ser pago de forma parcelada, conforme a entrega e aprovação dos produtos previstos no Termo de Referência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

4.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, no orçamento do Conselho Federal de Biologia, para o exercício de 2026, nas seguintes rubricas:

CONTA	DESCRIÇÃO	PROJETO
6.3.1.3.02.01.022	DEMAIS SERVIÇOS PROFISSIONAIS	5.001

6. CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto observará as condições, especificações técnicas, etapas, produtos, critérios de aceitação, prazos e formas de entrega estabelecidos no Termo de Referência.

6.2. A execução compreenderá, no mínimo, as seguintes etapas: reunião inicial de alinhamento e aprovação do plano de trabalho; levantamento de informações e diagnóstico da situação atual; elaboração e entrega do Relatório de Diagnóstico; elaboração da versão preliminar do Manual; análise, validação e ajustes; entrega da versão final; e apresentação técnica do Manual final à Diretoria do CFBio.

6.3. O Manual deverá contemplar os procedimentos de registro, incorporação, movimentação, controle, inventário, avaliação, reavaliação, depreciação, amortização, exaustão, baixa, alienação, desfazimento, perda e inutilização de bens patrimoniais, bem como a definição de responsabilidades, fluxos, formulários, relatórios e demais instrumentos necessários à sua implementação.

6.4. A versão final do Manual deverá ser entregue em formato digital editável e não editável, acompanhada dos fluxogramas e modelos de documentos em formato editável, conforme definido no Termo de Referência.

6.5. A execução dos serviços poderá ocorrer de forma remota ou presencial, na sede do CFBio, conforme necessidade da Contratante e características do objeto.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O Contratante poderá convocar representante da empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

Preposto

- 7.4.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 7.5.** A CONTRATADA deverá indicar formalmente preposto responsável pela execução contratual, com poderes para representá-la perante a CONTRATANTE, o qual poderá exercer suas atribuições de forma remota, assegurando atendimento tempestivo, disponibilidade em horário comercial e sempre que demandado, por meio de canais eletrônicos e telefônicos.
- 7.6.** O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 7.7.** O Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, bem como para a correção de falhas ou defeitos constatados.

Fiscalização

- 7.8.** O contrato será acompanhado e fiscalizado por empregado do Contratante formalmente designado para este fim.
- 7.9.** São atribuições do fiscal do contrato:
- 7.9.1.** acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.9.2.** conferir detalhadamente a prestação dos serviços, atestando a sua plena execução;
- 7.9.3.** monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços prestados;
- 7.9.4.** anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 7.9.5.** identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.9.6.** informar à autoridade competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.9.7.** encaminhar ao representante legal da Contratada os documentos relacionados às eventuais multas aplicadas, bem como aqueles referentes a pagamentos.
- 7.10.** A fiscalização a encargo do Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 7.11.** As determinações e solicitações formuladas pelo representante do Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser atendidas pela Contratada em prazo razoável.
- 7.11.1.** Na impossibilidade de atendimento às solicitações do fiscal contratual, a Contratada deverá justificar os motivos por escrito.
- 7.12.** As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante do Contratante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

Do recebimento

- 8.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das obrigações assumidas.
- 8.2.** Os pagamentos serão realizados de forma parcelada, vinculados à entrega e aprovação dos seguintes produtos:
- I – Relatório de diagnóstico da situação atual;
 - II – Versão preliminar do Manual;
 - III – Versão final do Manual validada pela Contratante.
- 8.2.1.** Os pagamentos observarão os seguintes percentuais:
- I – até 30% após a aprovação do Relatório de diagnóstico;
 - II – até 30% após a aprovação da versão preliminar do Manual;
 - III – até 40% após a aprovação da versão final do Manual.
- 8.3.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.
- 8.4.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado.
- 8.5.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.6.** A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.7.** Os serviços e produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Contrato, do Termo de Referência ou da proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.8.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato.
- 8.9.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.9.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 8.9.2.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
 - 8.9.3.** Comunicar a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

8.9.4. Enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.9.5. O recebimento definitivo estará condicionado ao atendimento integral dos critérios de aceitação previstos no Termo de Referência.

8.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.14.1. o prazo de validade;

8.14.2. a data da emissão;

8.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.14.5. o valor a pagar; e

8.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.23. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

8.24. O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.25. Quando cabível, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO DE CRÉDITO

9.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

9.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

9.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

9.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

9.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EQUIPE TÉCNICA

10.1. A equipe técnica apresentada na proposta deverá ser mantida durante toda a execução contratual, admitindo-se substituição apenas por profissionais de qualificação equivalente ou superior, mediante prévia aprovação da Contratante.

10.2. A substituição de qualquer profissional da equipe técnica somente poderá ocorrer em caráter excepcional, mediante justificativa formal, por profissional de qualificação equivalente ou superior, e dependerá de prévia aprovação da Contratante.

10.3. A solicitação de substituição deverá ser apresentada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da execução dos serviços afetados, salvo motivo superveniente devidamente justificado.

10.4. Qualquer alteração na composição da equipe técnica não acarretará ônus adicional à Contratante nem justificará atraso no cumprimento do cronograma de execução.

10.5. A Contratante poderá exigir, mediante justificativa, a substituição de integrante da equipe técnica cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios para a adequada execução do objeto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

11.1. Todos os produtos, documentos, manuais, fluxogramas, modelos, relatórios, instrumentos auxiliares e demais materiais elaborados no âmbito deste contrato serão de propriedade exclusiva do Contratante.

11.2. O Contratante poderá utilizar, reproduzir, publicar, compartilhar, adaptar, atualizar e incorporar os materiais produzidos em seus normativos internos e em ações de capacitação, sem qualquer restrição, autorização adicional ou ônus complementar.

11.3. A Contratada declara que os produtos entregues não violarão direitos autorais, sigilo profissional, propriedade intelectual ou quaisquer direitos de terceiros, responsabilizando-se por eventuais reclamações decorrentes do uso indevido de conteúdos protegidos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

12.1. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira deste Contrato, serão adotados os critérios de revisão como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

12.2. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

12.2.1. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

12.2.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta.

12.2.3. Não será concedida a revisão quando:

- a) ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;
- c) ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;
- e) houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

12.2.4. A revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pelas assessorias contábil e jurídica do Contratante.

12.3. As revisões a que a Contratada fizer jus, mas que não forem requeridas formalmente durante a vigência contratual, serão consideradas renunciadas com o encerramento do contrato.

12.4. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir a respeito de eventuais pedidos de revisão, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1. Não haverá reajuste em razão do prazo de execução inferior a 1 ano.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Admite-se a subcontratação parcial de atividades acessórias ao objeto, mediante prévia autorização da Contratante, sendo vedada a subcontratação do núcleo essencial dos serviços, especialmente a responsabilidade técnica pela elaboração do Manual.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

- 16.1.1.** executar os serviços contratados com observância integral das condições, especificações técnicas, etapas, prazos, produtos e critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência;
- 16.1.2.** elaborar o Manual de Procedimentos de Registro, Baixa, Avaliação e Depreciação de Bens Patrimoniais do Sistema CFBio/CRBios, contemplando, no mínimo, os procedimentos de registro, incorporação, movimentação, controle, inventário, avaliação, reavaliação, depreciação, amortização, exaustão, baixa, alienação, desfazimento, perda e inutilização de bens;
- 16.1.3.** assegurar que o Manual contemple a definição de responsabilidades, papéis e competências dos agentes envolvidos, bem como a padronização de fluxos operacionais, formulários, relatórios, modelos de documentos e demais instrumentos necessários à gestão patrimonial;
- 16.1.4.** desenvolver o Manual em conformidade com a legislação vigente aplicável à Administração Pública, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e com demais referenciais técnicos pertinentes;
- 16.1.5.** fazer constar no Manual referência expressa às normas, legislações, manuais e referenciais técnicos utilizados como base para a sua elaboração;
- 16.1.6.** realizar reunião inicial de alinhamento, levantamento de informações, reuniões técnicas, elaboração do Relatório de Diagnóstico, elaboração da versão preliminar, consolidação das contribuições, entrega da versão final e apresentação técnica do Manual, conforme previsto no Termo de Referência;
- 16.1.7.** entregar o Relatório de Diagnóstico, a versão preliminar do Manual e a versão final validada nos prazos estabelecidos no cronograma contratual, sem prejuízo de outras entregas necessárias à execução do objeto;
- 16.1.8.** entregar a versão final do Manual em formato digital editável e não editável, bem como fluxogramas e modelos de documentos em formato editável, conforme especificações do Termo de Referência;
- 16.1.9.** garantir que o Manual seja tecnicamente correto, claro, consistente, padronizado, aplicável à realidade operacional do CFBio/CRBios e apto à implementação institucional;
- 16.1.10.** corrigir, complementar ou ajustar, sem ônus adicional, quaisquer inconsistências, erros, omissões, inadequações ou desconformidades identificadas pela Contratante durante a análise, validação, recebimento ou suporte pós-entrega;
- 16.1.11.** prestar suporte técnico pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias após a entrega final, para esclarecimento de dúvidas e realização de ajustes pontuais relacionados ao produto entregue, sem ônus adicional;
- 16.1.12.** manter disponível o Responsável Técnico durante toda a execução contratual, para acompanhamento dos trabalhos, participação em reuniões, esclarecimentos técnicos e validação metodológica;
- 16.1.13.** garantir a atuação efetiva da equipe técnica apresentada na proposta, admitindo-se substituição apenas nos termos da cláusula específica deste Contrato e do Termo de Referência;
- 16.1.14.** submeter previamente à Contratante qualquer alteração metodológica relevante, modificação no plano de trabalho ou ajuste no cronograma que possa impactar a execução, a qualidade ou o prazo dos produtos;
- 16.1.15.** comunicar formalmente qualquer fato que possa comprometer a execução do objeto ou ensejar necessidade de prorrogação, apresentando justificativa detalhada para análise da Contratante;



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

- 16.1.16.** atender prontamente às solicitações da Contratante, do gestor e do fiscal do contrato, prestando informações, esclarecimentos e documentos necessários ao acompanhamento e à fiscalização contratual;
- 16.1.17.** comparecer, presencial ou remotamente, sempre que convocada, às reuniões técnicas, apresentações, sessões de validação e demais atos necessários à boa execução do objeto;
- 16.1.18.** manter sigilo sobre informações institucionais, administrativas, patrimoniais, contábeis, operacionais e demais dados a que tiver acesso em razão da execução contratual, sem prejuízo das obrigações previstas na LGPD;
- 16.1.19.** cumprir integralmente as obrigações relativas à proteção de dados pessoais, segurança da informação, confidencialidade e uso restrito das informações obtidas para as finalidades deste contrato;
- 16.1.20.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 16.1.21.** não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 16.1.22.** quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 16.1.23.** responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante;
- 16.1.24.** comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 16.1.25.** prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 16.1.26.** paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 16.1.27.** promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 16.1.28.** conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos poderes públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 16.1.29.** submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

16.1.30. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

16.1.31. manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com todas as obrigações assumidas e com as condições exigidas para habilitação na licitação;

16.1.32. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

16.1.33. comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

16.1.34. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.1.35. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, ii, d, da lei nº 14.133, de 2021](#);

16.1.36. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

16.1.37. cumprir as demais obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica, na proposta apresentada e na legislação aplicável.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1. São obrigações do Contratante:

17.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato, o Termo de Referência, o Aviso de Dispensa Eletrônica e a proposta apresentada;

17.1.2. fornecer à Contratada as informações, documentos e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento do Manual e à execução das etapas previstas no Termo de Referência;

17.1.3. designar gestor, fiscal ou equipe responsável pelo acompanhamento da execução contratual, análise dos produtos, validação das entregas e ateste para fins de pagamento;

17.1.4. participar, por meio das áreas competentes, das reuniões de alinhamento, levantamento de informações, validação da versão preliminar, consolidação de contribuições e apresentação técnica do Manual;

17.1.5. analisar os produtos entregues pela Contratada, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, critérios de aceitação, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência;

17.1.6. notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, omissões, atrasos ou desconformidades identificadas durante a execução dos serviços ou análise dos produtos, fixando prazo para correção;

17.1.7. devolver, com justificativa, produtos ou serviços entregues em desacordo com as especificações exigidas;

17.1.8. informar à Contratada, por escrito, as razões que motivarem eventual rejeição de produtos, documentos ou serviços;



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

17.1.9. receber provisória e definitivamente os produtos, observados os critérios de aceitação e os procedimentos de recebimento previstos neste Contrato e no Termo de Referência;

17.1.10. efetuar o pagamento à Contratada, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência, após o regular recebimento e liquidação da despesa correspondente à respectiva etapa;

17.1.11. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal ou Fatura fornecida pela Contratada, quando for o caso;

17.1.12. aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação, no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e neste Contrato, quando cabíveis;

17.1.13. emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem interesse para a execução do objeto, no prazo de 30 (trinta) dias, admitida prorrogação motivada por igual período;

17.1.14. responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

17.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos, subcontratados ou subordinados.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À LGPD

18.1. Para execução do presente contrato e o cumprimento das obrigações junto à Contratante, as Partes declaram e garantem, por si e por meio de seus colaboradores, empregados e subcontratados, que suas atividades estão em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), obrigando-se a cumpri-la integralmente, levando em consideração sua aplicabilidade no âmbito do Poder Público, assegurando os direitos dos titulares de dados pessoais eventualmente tratados e observando quaisquer outras leis, normas e regulamentos editados pelas autoridades competentes em matéria de proteção de dados pessoais (“Normas de Proteção de Dados Aplicáveis”), desde a apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

18.2. Caberá à CONTRATANTE atuar como Controladora do tratamento de dados pessoais, competindo a ela as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais para a execução do contrato.

18.3. Caberá à CONTRATADA, na condição de Operadora do tratamento de dados pessoais, realizar o tratamento de dados pessoais em nome da CONTRATANTE, atuando em consonância com as suas solicitações e com o objeto do contrato.

18.4. Para fins deste contrato, adota-se como conceito de tratamento de dados o disposto no art. 5º, X, da Lei 13.709/2018, que prevê que tratamento é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

18.5. As Partes, na medida em que atuarem como “Controladora” ou “Operadora” de dados pessoais, conforme definido na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, declaram estar cientes de que poderão ser coletados apenas dados essenciais vinculados à finalidade específica deste contrato.

18.6. No tratamento de dados pessoais por força da execução do escopo deste contrato, obrigam-se as Partes a realizar o referido tratamento pautadas nos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais,



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

especialmente, nos princípios da finalidade, adequação, necessidade e transparência, sempre fundamentada nas bases legais estabelecidas pelo art. 7º da referida legislação e garantindo a máxima segurança, mediante a observância de rotina de boas práticas relacionadas ao tema.

18.7. Para fins deste Contrato, devem ser anonimizados ou suprimidos, ainda, que parcialmente, os dados pessoais da Contratante e de seus Representantes que possam ser utilizados indevidamente por terceiros, com prejuízos aos respectivos titulares dos dados, e seu tratamento deverá ser limitado ao estritamente necessário para o cumprimento das finalidades do Contrato e de obrigações legais ou regulatórias às quais as Partes estiverem sujeitas.

18.8. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, de acordo com o interesse público, com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

18.9. O Contratado se obriga a utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

18.10. Na hipótese de violação ou vazamento de dados pessoais, a responsabilidade observará a definição prevista na Lei Geral de Proteção de Dados. Quando o incidente for decorrente exclusivamente de atos praticados pela Parte infratora, obriga-se esta a isentar a Parte prejudicada de qualquer corresponsabilidade, devendo, ainda, ressarcir a Parte prejudicada de toda e qualquer despesa incorrida em função de tal violação ou vazamento, incluindo, mas não se limitando, àquelas decorrentes de acordos, procedimentos judiciais ou administrativos, abrangendo também os honorários advocatícios e custas judiciais.

18.11. As Partes se comprometem a notificar uma à outra em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência, qualquer violação de segurança no âmbito das atividades, bem como em caso de eventual incidente de vazamento de dados pessoais.

18.12. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

18.13. Terminado o tratamento dos dados, nos termos do art. 15 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), é dever do contratado eliminá-los, ressalvadas as hipóteses do art. 16 da referida Lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, hipótese em que os dados poderão ser conservados pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do término da relação contratual.

18.14. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.15. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

18.16. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- iv) **Multa**:

- (1) moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor global da contratação, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor global da contratação, quando o atraso for superior ao 10º (décimo) dia, até o 30º (trigésimo) dia;
- (3) compensatória, para a infração descrita na alínea “d” do subitem 19.1, de 2% a 5% do valor do Contrato;
- (4) compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 19.1, de 5% a 10% do valor do Contrato;
- (5) compensatória, para a infração descrita na alínea “b” do subitem 19.1, de 10% a 15% do valor do Contrato;
- (6) compensatória, para a infração descrita na alínea “c” do subitem 19.1, de 15% a 20% do valor do Contrato;
- (7) compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 19.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

19.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

19.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

- 19.5.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 19.6.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 19.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 19.7.1.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 19.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 19.9.** Na aplicação das sanções, serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 19.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 19.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 19.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 19.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 19.14.** Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

20.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

20.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

20.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

20.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

20.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

20.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

20.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

20.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

20.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

21.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, desde que justificadamente, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para a prestação dos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma prevista no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

21.1.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

21.2. As alterações contratuais devem ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, que deverá ser submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

21.3. As alterações contratuais serão precedidas de instrução processual da qual deverão constar, no mínimo:

- a) a descrição do objeto do contrato com as suas especificações e do modo de execução;
- b) a descrição detalhada da proposta de alteração;
- c) a justificativa para a necessidade da alteração proposta e a referida hipótese legal;
- d) o detalhamento dos custos da alteração de forma a demonstrar que não extrapola os limites legais e que mantém a equação econômico-financeira do contrato; e
- e) a ciência da Contratada, por escrito, em relação às alterações propostas no caso de alteração unilateral ou a sua concordância para as situações de alteração por acordo das partes.

21.4. Em qualquer hipótese, as alterações contratuais não poderão modificar a essência do objeto inicial.

21.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

22.1. É vedado à Contratada:

22.1.1. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei;

22.1.2. permitir a utilização do trabalho de menor de idade, conforme disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

22.1.3. utilizar, na execução dos serviços, profissionais que sejam familiares de agentes públicos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança na instituição Contratante;

22.1.4. realizar o tratamento de dados pessoais para qualquer outra finalidade não prevista ao atingimento da execução do contrato e do serviço contratado, a menos que seja autorizado previamente pelo Contratante;

22.1.5. compartilhar, transferir ou divulgar dados pessoais para quaisquer terceiros sem a prévia e expressa anuência do Contratante;

22.1.6. utilizar as informações dos titulares que sejam clientes ou empregados da CONTRATANTE, às quais venha a ter acesso na execução do objeto do presente contrato, para oferta de qualquer outro serviço, produto ou finalidade diversa do presente contrato, salvo autorização e consentimento prévio, expresso e destacado do titular dos dados;

22.1.7. a realização de cópia, réplica, extração, armazenamento para uso próprio e terceiros ou qualquer tipo de reprodução dos dados pessoais acessíveis em razão da execução dos serviços objetos deste Contrato para quaisquer finalidades que não estejam abrangidas na execução das atividades contratadas.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

23.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.



CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

24.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

25.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília-DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

As partes acordam que este contrato será firmado por meio de assinaturas digitais, utilizando-se de plataformas de assinatura eletrônica reconhecidas e autorizadas pela legislação brasileira, conforme regulamentado pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Brasília-DF, 16 de julho de 2026.

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA
ALCIONE RIBEIRO DE AZEVEDO – 16349/06-D
CONTRATANTE

GALILEU DOMINGUES DE BRITO FILHO
PRIORI SERVICOS E SOLUCOES, CONTABILIDADE S/S
CONTRATADA